



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

Centro Administrativo Governador Virgílio Távora
Av. Gal. Afonso Albuquerque de Lima s/nº – Cambéa – Fortaleza – Ceará – CEP 60830-120
DDD (0**85) Telefone: 3207-7178 – <http://www.tjce.jus.br> – e-mail: corregedoria@tjce.jus.br

**Inspeção realizada na Vara Única da Comarca de
Reriutaba/CE**

RELATÓRIO

Portaria nº 60/2017/CGJCE

**Juiz Corregedor Auxiliar:
Dr. Flávio Vinícius Bastos de Sousa**



**ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**INSPEÇÃO REALIZADA NA VARA ÚNICA DA COMARCA DE
RERIUTABA/CE**

RELATÓRIO

Excelentíssimo Senhor Desembargador Corregedor Geral da Justiça.

Em cumprimento à Portaria 60/2017, publicada no Diário da Justiça de 23.8.2017, desta Corregedoria-Geral da Justiça, encaminha-se a Vossa Excelência o **RELATÓRIO**, mapas e demais papéis alusivos à **INSPEÇÃO** efetivada na **COMARCA DE RERIUTABA**, realizada pelo Juiz Corregedor Auxiliar Flávio Vinícius Bastos Sousa.

ESPECIFICAÇÕES GERAIS DA COMARCA INSPECIONADA

Trata-se de Comarca de Entrância Inicial, composta por Vara Única, sediada no Fórum Judiciário local, cujo prédio situa-se na Rua José Cassimiro de Albuquerque, s/n, Bairro Carão. Segundo dados coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), com base em no censo de 2016 (estimativa), o Município de Reriutaba totaliza 19.455 (dezenove mil e quatrocentos e cinquenta e cinco) habitantes, distante cerca de 276 km da Capital do Estado.

No que se refere à estrutura Física do Fórum, verificou-se que as instalações apresentavam razoável estado de conservação. Havia acesso para pessoas portadoras de deficiência, contudo inexistindo banheiro especialmente projetado para esses usuários. O espaço se revela

adequado.

A comarca possui residência oficial, localizada na Rua Cel. Agripino Teodoro Suares, s/n, bairro Vermelho, no entanto o magistrado não reside no imóvel, tendo em vista que a residência foi cedida ao município de Reriutaba, pelo período de cinco anos, contados a partir de 18 de junho de 2014, conforme termos de cessão de uso nº 62/2014.

Concernente aos equipamentos de informática (máquinas, impressora etc), destaca-se que o aparato é suficiente para o normal desenvolvimento dos serviços, pois há computadores para que todos os servidores possam trabalhar simultaneamente.

O Supervisor da unidade reclamou das constantes oscilações de energia no prédio do Fórum, o que ocasiona problemas em computadores e aparelhos de ar-condicionado, informando já ter sido formalizado um pleito pelo CPA requerendo a resolução deste problema.

Não havia segurança no Fórum. O prédio contava com detector de metal, no entanto não contava com câmaras de circuito interno de TV.

METODOLOGIA

O exame inspeccional foi formalmente instalado às 9:00 horas do dia 18/10/2017, restando formalmente concluído às 17:00 horas do mesmo dia, sem o comprometimento do serviço ofertado à população.

Ao iniciar as atividades, o Juiz Corregedor Auxiliar informou aos presentes a finalidade do ato, ministrando instruções a respeito das ações a serem desempenhadas durante a inspeção.

A avaliação do Módulo foi levada a efeito mediante exame de um percentual das ações judiciais em curso, notadamente, os feitos envolvendo presos provisórios; réus foragidos; execução penal; cartas precatórias cíveis e criminais; mandados de segurança; ações civis públicas e por improbidade administrativa; processos inclusos nas Metas de 2017 do CNJ; demandas que, por expressa disposição legal, exigem prioridade de processamento, inclusive as submetidas ao Estatuto do Idoso e as que figuram como parte(s) ou interessado(s), crianças ou adolescentes, pessoas com deficiência e portadoras de doenças graves; feitos conclusos há mais de cem dias; conclusos para

juízo, os pendentes de expedientes e os livros da Secretaria.

JUIZ EM ATUAÇÃO

Os serviços judiciários são desempenhados pelo **Dr. PAULO JEYSON GOMES DE ARAÚJO**, Juiz de Direito em responsabilidade pela Vara Única da Comarca de Reriutaba.

Consoante registro da ficha funcional, o **Dr. PAULO JEYSON GOMES DE ARAÚJO** tomou posse na Magistratura estadual em 25 de fevereiro de 2016, no cargo de Juiz Substituto da Comarca de Varjota, permanecendo até hoje na unidade judicial. O magistrado iniciou a responsabilidade na comarca inspecionada por meio da Portaria nº 1238/2017, publicada no Dje de 24 de julho de 2017.

PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

O **Dr. PAULO JEYSON GOMES DE ARAÚJO**, nos últimos 14 (catorze) meses trabalhados, incluindo suas responsabilidades e auxílios, obteve a seguinte prestação jurisdicional:

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DO MAGISTRADO EM TODAS AS UNIDADES, DE 03/2016 A 06/2017 (14 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDO	DESPACHO
922	204	971	142	4814

Analisando os números do quadro acima, verifica-se que nos últimos meses de exercício jurisdicional, o Juiz apresentou movimentação processual mensal conforme o quadro abaixo:

MÉDIA MENSAL DE PROCESSOS E ATOS JURISDICIONAIS EM TODAS AS UNIDADES, DE 03/2016 A 06/2017 (14 MESES TRABALHADOS)				
SENTENÇAS	AUDIÊNCIAS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	ACORDO	DESPACHO
65.85	14.57	69.35	10.14	343.85

À frente da Unidade Jurisdicional inspecionada, no mês de setembro, o Magistrado obteve a estatística processual abaixo:

ITEM	TOTAL INFORMADO
Dias trabalhados pelo magistrado na unidade	30

Sentenças de Conhecimento com Julgamento de Mérito no 1º grau Criminais	19
Sentenças de Conhecimento com Julgamento de Mérito no 1º grau Não-Criminais	23
Sentenças de Conhecimento sem Julgamento de Mérito no 1º grau Criminais	1
Sentenças de Conhecimento sem Julgamento de Mérito no 1º grau Não-Criminais	6
Sentenças em Conhecimento Homologatórias de Acordos no 1º grau	8
Sentenças em Execução Homologatórias de Acordos no 1º grau	1
Sentenças em Execução Fiscal no 1º grau	3
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no 1º grau, exceto sentenças em execução fiscal	2
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no 1º grau	0
Sentenças em Execução de Penas Privativas de Liberdade no 1º grau	0
Sentenças em Execução Judicial no 1º grau, exceto sentenças em execução penal	3
Sentenças de Pronúncia no mês de referência no 1º grau	0
Sentenças de Extinção da Punibilidade pela prescrição no mês de referência no 1º grau	0
Decisões interlocutórias proferidas no mês de referência, no 1º grau	59
Despachos exarados pelo magistrado no mês de referência, no 1º grau	174
Audiências efetivamente realizadas pelo magistrado	25
Total de sessões de julgamento do Tribunal do Júri presididas pelo magistrado no mês de referência	7
Audiências de conciliação processual efetivamente realizadas, no 1º grau	0
Sentenças de Conhecimento com Julgamento de Mérito no Juizado Especial Criminal	0
Sentenças de Conhecimento com Julgamento de Mérito no Juizado Especial Não-Criminal	5
Sentenças de Conhecimento sem Julgamento de Mérito no Juizado Especial Criminal	0
Sentenças de Conhecimento sem Julgamento de Mérito no Juizado Especial Não-Criminal	23
Sentenças em Conhecimento Homologatórias de Acordos no Juizado Especial	3
Sentenças em Execução Homologatórias de Acordos no Juizado Especial	0
Sentenças em Execução de Título Extrajudicial no Juizado Especial	0
Sentenças em Execução de Penas Não-Privativas de Liberdade no Juizado Especial	0
Sentenças em Execução no Juizado Especial Não-Criminal	0
Decisões interlocutórias proferidas no mês de referência no Juizado Especial	0
Despachos exarados pelo magistrado no mês de referência, no Juizado Especial	37
Audiências efetivamente realizadas pelo magistrado no mês de referência no Juizado Especial	0
Audiências de conciliação processual efetivamente realizadas no Juizado Especial	6

PROMOTORIA DE JUSTIÇA

A Unidade Jurisdicional tem como representante do Ministério Público, o Dr. **ÍTALO SOUSA BRAGA**, em responsabilidade desde 16 de agosto de 2017.

DEFENSORIA PÚBLICA

A Unidade Jurisdicional não possui Defensor Público.

SECRETARIA DA VARA

A Vara está constituída por 06 (seis) servidores do Tribunal de Justiça, onde

Klayton da Silva Lima exerce o cargo de Supervisor de Secretaria desde 8 de maio de 2017, conforme discriminado abaixo:

Nome	Cargo	Matrícula
Rita de Cassia Mesquita Cardoso	Técnica Judiciária	554
Antonio Osmar Neto	Técnico Judiciário	555
Luiza Orlane da Costa Mourão	Tecnica Judiciária	12285
Diego Soares Budal	Analista Judiciária	22695
Francisco Welington Muniz Braga	Oficial de Justiça Avaliador	200137
Lauro Matins Mourão	Oficial de Justiça Avaliador	2382

A Vara está constituída por 12 (doze) servidores requisitados de outros Órgãos Públicos, conforme discriminado abaixo:

Nome	Matrícula
Regiane Alves de Sousa	Não Informado
Gabriela Soares Furtado	Não Informado
Antonio Carlos do Nascimento	Não Informado
Tiago Martins Pereira	Não Informado
Maria Arlete Martins Bezerra Braga	Não Informado
Maria Gorete de Paulo	Não Informado
Francisca Rejane Sousa Borges	Não Informado
José Antonio Neves Matias	Não Informado
Romualdo Rodrigues Soares	Não Informado
Raimundo Gero da Silva	Não Informado
Walter Rodrigues Torres	Não Informado
Raimundo Ricardo de Sousa	Não Informado

A Vara não possui servidores terceirizados, contudo possui uma estagiária, conforme quadro abaixo:

Nome	Matrícula
Raquel Uchoa Nascimento Freire	24660

Conforme dados extraídos do SGEN, cadastrados no mês de junho de 2017, a Secretaria estava representada do seguinte modo:

Total de Servidores Efetivos do TJ CE lotados na Unidade, incluir Diretor se efetivo (Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: SERVIDORES EFETIVOS (DADOS DA SERVENTIA)	6
Diretor de Secretaria (Cargo comissionado)da Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total. Informar somente quando não for servidor efetivo).Descrição: DIRETOR DE SECRETARIA(DADOS DA SERVENTIA)	1
Total de Terceirizados lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: SERVIDORES TERCEIRIZADOS(DADOS DA SERVENTIA)	0
Total de Servidores cedidos de outro órgão lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: SERVIDORES CEDIDOS (DADOS DA SERVENTIA)	3
Total de estagiários lotados na Unidade(Secretaria competente p/enviar mais de mapa estatístico, informar em cada planilha o total de servidor lotado).Descrição: ESTAGIÁRIOS(DADOS DA SERVENTIA)	1
TOTAL DE SERVIDORES EFETIVAMENTE LOTADOS NA UNIDADE	11
Total de Computadores(Secretaria competente p/enviar mais de um mapa estatístico, informar em cada formulário o total de PC em uso no mês) Descrição: COMPUTADORES(DADOS DA SERVENTIA)	6

EXAME DO ACERVO PROCESSUAL

Conforme Formulário de Inspeção – Correição - Visita (FICOVI) realizado em 17 de outubro de 2017, verificou-se constar na unidade:

- Processos Cíveis em Tramitação: 972
 - Cartas Precatórias/rogatórias/de ordem: 7
 - Inventários e arrolamentos: 14
 - Mandados de Segurança: 20
 - Ações Cíveis Públicas: 7
 - Ações de Improbidade Administrativa: 23
- Processos Criminais em Tramitação:
 - Processos Criminais (Justiça Comum): 181
 - Processos Criminais (Juizado Especial): 15
 - Cartas Precatórias/rogatórias/de ordem: 3
 - Processos suspensos por força de lei: 67
 - Processos com expedição de mandado de prisão, aguardando captura do agente: 7
 - Procedimento(s) de interceptação telefônica e/ou de dados: 0
- Processos em fase de execução penal
 - Regime fechado: 8
 - Regime semiaberto: 8
 - Regime aberto: 5
 - Cumprimento de sursis: 3
 - Cumprimento livramento condicional: 0

- Outras medidas legais: 3
- Concessão de indulto nos últimos 24 meses: 0
- Processo da Infância e Juventude:
 - Total de processos: 24
 - Atos infracionais em tramitação há mais de 45 dias: 0
 - Processos em fase de execução de medidas socioeducativas: 3
- Processo(s) e ou procedimento(s) disciplinar(es) em curso no módulo: 0
- Processos Concluídos:
 - Total de processos concluídos: 273
 - Processos concluídos com prazo excedido: 114
 - Concluídos com prazo excedido para sentença: 9
- Audiências efetivamente realizadas pelo Juiz:
 - Quantidade de audiências cíveis: 140
 - Quantidade de audiências criminais: 132
 - Quantidade de audiências de demandas afetas à infância e juventude: 9

Dos feitos que foram devidamente inspecionados na Secretaria da Vara Única da Comarca de Reriutaba, constatou-se que:

CARTAS PRECATÓRIAS

Verificou-se que as cartas precatórias estavam com tramitação regular. Processos inspecionados:

#	NÚMERO DO PROCESSO	ENTRADA EM	DESPACHADA EM	MOVIMENTAÇÃO
1	2219-36.2015.8.06.0157	11.11.2015	18.11.2015	Visto em inspeção. Finalidade: proceder alienação em hasta pública. Processo despachado três determinando a designação de hasta pública, em 18.11.2015, 24.05.2016 e 12.04.2017. À Secretaria para cumprir integralmente o decido à fl. 11.
2	3405-26.2017.8.06.0157	06.09.2017	11.10.2017	Visto em inspeção. Finalidade: citar parte ré para contestar a ação. Carta precatória ainda não cumprida.
3	3406-11.2017.8.06.0157	26.09.2017	11.10.2017	Visto em inspeção. Finalidade: citação para efetuar pagamento. Carta precatória ainda não cumprida.
4	3407-93.2017.8.06.0157	26.09.2017	11.10.2017	Visto em inspeção. Finalidade: intimação para comparecer a audiência de conciliação a ser realizada no dia 20 de novembro de 2017 na 8ª Vara de Família da Comarca de Fortaleza. Carta precatória ainda não cumprida.
5	3348-08.2017.8.06.0157	08.09.2017	13.09.2017	Visto em inspeção. Finalidade: intimação do requerido para efetuar pagamento. Carta precatória entregue ao oficial de justiça em 3 de outubro de 2017.
6	3128-44.2016.8.06.0157	27.09.2016	17.10.2016	Visto em inspeção. Finalidade: intimar requerido para comparecer à coleta de material genético. Informado em fevereiro que não há data disponível para realizar a

				coleta de material genético. Processo despachado em 4 de setembro de 2017, determinando a renovação do expediente de fl. 9. À Secretaria para cumprir o determinado à fl. 16.
7	2840-62.2017.8.06.0157	04.04.2017	28.04.2017	Visto em inspeção. Finalidade: Fiscalização do Sursis. Fiscalização sendo observada em procedimento apartado, com o nome do réu.
8	2841-47.2017.8.06.0157	04.04.2017	28.04.2017	Visto em inspeção. Finalidade: Fiscalização do Sursis. Fiscalização sendo observada em procedimento apartado, com o nome do réu.
9	3438-16.2017.8.06.0157	06.10.2017	09.10.2017	Visto em inspeção. Finalidade: citação do réu para responder a acusação. Carta precatória ainda não cumprida.
10	3443-38.2017.8.06.0157	06.09.2017	11.10.2017	Visto em inspeção. Finalidade: proceder a penhora e avaliação de bem. Carta precatória ainda não cumprida.

ESTATUTO DO IDOSO

Os processos analisados estavam com movimentação recente. Processos vistos em inspeção:

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	1768-45.2017.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação de obrigação de fazer com restituição de valores e indenização por danos morais, autuada em 6 de fevereiro de 2014. Processo julgado em 15 de maio de 2015. Acórdão proferido pela 1ª Turma Recursal, em 20 de março de 2017, não conhecendo do recurso inominado interposto. Processo recentemente despachado em 30 de agosto de 2017, determinando a intimação dos devedores para efetuar o pagamento da dívida. Carta de intimação expedida em 12 de setembro de 2017.
2	2897-17.2016.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação declaratória de tempo de serviço/contribuição c/c cobrança autuada em 10 de junho de 2016. Processo despachado em 30 de janeiro de 2017 e em 12 de abril de 2017, determinando a designação de data de audiência. Determinação ainda não cumprida. À Secretaria para designar audiência (cf. fl. 259/260).
3	2392-94.2014.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação declaratória de desconstituição de débito autuada em 15 de dezembro de 2014. Processo julgado em 4 de agosto de 2017. Recurso de apelação colacionado aos autos em 6 de setembro de 2017. À conclusão, tendo em vista petição de fls. 141/144, datado de 30 de agosto de 2017.
4	1610-29.2010.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação declaratória de concessão de benefício previdenciário autuada em 22 de novembro de 2010. Processo julgado em 26 de fevereiro de 2014. Acórdão proferido pelo TRF/5 negando provimento ao recurso apelatório. Decisão homologando cálculos prolatada em 26 de abril de 2016. Requisição de pagamento expedida em 25 de julho de 2017. Dado vistas à advogada do autor em 25 de julho de 2017. À Secretaria para cumprir integralmente as determinações de fls. 131/131v.
5	2089-80.2014.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação de reconhecimento e dissolução de união estável autuada em 9 de julho de 2014. Sentença proferida em audiência realizada em 12 de julho de 2016. Despacho proferido em 6 de fevereiro de 2017 determinando providências. À Secretaria para cumprir integralmente o determinado à fl. 75.
6	2034-66.2013.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação declaratória de inexistência de ato negocial autuada em 13 de agosto de 2013. Processo julgado em 26 de setembro de 2017 e sentença publicada no Dje em 10 de outubro de 2017. Decorrendo prazo para recurso.
7	3160-49.2016.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação de restauração de Registro Civil, autuada em 18 de outubro de 2016. Audiência realizada em 4 de julho de 2017, determinando a expedição de ofício ao INSS e a Secretaria de Segurança Pública, bem como deferindo pedido para que a parte promovente junte documentos. Ofícios expedidos em 26 de julho de 2017. À secretaria para solicitar a devolução de ofícios expedidos em 26 de julho de 2017.
8	3213-93.2017.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT autuada em 8 de agosto de 2017. Processo despachado em 11 de agosto de 2017, determinando a citação da parte ré para apresentar contestação. Mandado de citação ainda não cumprido. À Secretaria para solicitar a devolução do mandado expedido em 18 de agosto de 2017
9	3368-96.2017.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação indenizatória autuada em 15 de setembro de 2017. Processo despachado em 22 de setembro de 2017, determinando a emenda a inicial. Processo emendado em 17 de outubro de 2017. Concluso em 18 de outubro de 2017
10	1992-80.2014.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação anulatória de débito autuada em 9 de maio de 2017.

		Processo julgado em 14 de setembro de 2017, com publicação no Dje em 10 de outubro de 2017. Decorrendo prazo para recurso.
--	--	--

INFÂNCIA E JUVENTUDE – ATO INFRACIONAL

Existia somente um processo enquadrado nesta categoria, sendo determinada a designação de data de audiência. Processo analisado:

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	1996-83.2015.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de apuração de ato infracional análogo ao disposto no art. 157 do CP. Processo julgado em 30 de agosto de 2016, homologando a remissão concedida ao adolescente. Certidão em 21 de agosto de 2017, informando que o infante não cumpriu o acordado. Processo despachado em 22 de setembro de 2017, determinando a designação de audiência de justificação. À Secretaria para designar audiência (cf. fl. 45).

INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - CÍVEL

Não foi constatado demora na tramitação processual. Processos vistos em inspeção:

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	3423-47.2017.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação de guarda autuada em 5 de outubro de 2017. Processo com despacho inicial.
2	1757-79.2015.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação de adoção c/c guarda provisória autuada em 31 de janeiro de 2015. Processo despachado em 4 de setembro de 2017, determinando a expedição de carta precatória para a Comarca de Cariré para realizar a oitiva do pai biológico, bem como a designação de audiência de instrução e julgamento. Carta precatória encaminhada em 22 de setembro de 2017, com leitura em 25 de setembro de 2017. Audiência designada para o dia 29 de novembro de 2017.
3	3139-73.2016.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação de guarda autuada em 4 de outubro de 2016. Decisão prolatada em 13 de janeiro de 2017, deferindo o pedido de tutela antecipada, determinando a intimação dos postulante para prestar compromisso, a citação dos pais para contestar a ação e a designação de data de audiência. Termo de compromisso em 2 de fevereiro de 2017. Citação realizada em 17 de março de 2017. Audiência designada para o dia 8 de novembro de 2017. Aguardando a realização de audiência.
4	3277-40.2016.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação de adoção autuada em 29 de novembro de 2016. Audiência deixou de ser realizada em 13 de setembro, tendo em vista a ausência de citação da parte promovida. Nova audiência designada para o dia 29 de novembro de 2017. Carta precatória expedido para a Comarca de Hidrolândia em 22 de setembro de 2017 e lida na mesma data. Aguardando o cumprimento da carta precatória.
5	2633-63.2017.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação de tutela de menor autuada em 10 de janeiro de 2017. Decisão prolatada em 5 de setembro de 2017, determinando deferindo o pedido de tutela antecipada. Termo de compromisso em 13 de setembro de 2017. Audiência designada para o dia 29 de novembro de 2017, cumprindo despacho expedido em 7 de março de 2017. Citação por edital publicada no Dje em 10 de outubro de 2017. Aguardando a realização de audiência
6	2106-87.2012.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação de guarda autuada em 24 de outubro de 2012. Processo despachado em 4 de setembro de 2017, determinando a citação da parte requerida por edital. Expedientes prontos para publicação.
7	1731-81.2015.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação de guarda autuada em 16 de janeiro de 2015. Sentença proferida em audiência realizada em 13 de setembro de 2017.
8	3369-81.2017.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação de adoção autuada em 18 de setembro de 2017. Processo despachado em 22 de setembro de 2017, determinando uma série de providências. Determinações sendo cumpridas.
9	2215-33.2014.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação de guarda autuada em 28 de agosto de 2014. Processo despachado em 4 de setembro de 2017, deferindo o pleito ministerial para intimar a parte autora através do advogado para informar o endereço da genitora da criança. Expedientes prontos para cumprimento.
10	3043-58.2016.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação de tutela autuada em 28 de agosto de 2016. Audiência deixou de ser realizada em 13 de setembro de 2017, em virtude da ausência da requerente. Audiência redesignada para o dia 29 de novembro de 2017. Mandado expedido em 6 de outubro de 2017,

META 2

A meta consiste em identificar e julgar pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013. Processos analisados:

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	1505-18.2011.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação de indenização por danos morais autuada em 2 de março de 2011. Processo despachado em 21 de junho de 2016, determinando o aguardo da devolução de A.R. Aviso de recebimento juntada aos autos em 24 de junho de 2016. Ofício do INSS colacionado aos autos em 2 de agosto de 2016. Feito paralisado desde então. À conclusão para impulso oficial.
2	1847-92.2012.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de denúncia por infração ao disposto no art.306 e 298, II do CTB. Processo julgado em 16 de maio de 2017. Certidão em 21 de junho de 2017, informando que o réu não foi intimado, em virtude de se encontrar em local incerto. À conclusão, tendo em vista a certidão de fl. 142, datada de 21 de junho de 2017
3	1524-58.2010.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de denúncia por infração ao disposto no art. 129, §1º, do CP. Processo julgado em 28 de agosto de 2017. Carta precatória encaminhada à Comarca do Rio de Janeiro, em 26 de setembro de 2017, determinando a intimação do autos do inteiro teor da sentença.
4	1786-03.2013.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de denúncia por infração ao disposto no art. 155, do CP. Processo despachado em 23 de agosto de 2017, determinando a citação do réu por edital para que apresente resposta a educação. Citação publicada no edital no Dje em 14 de setembro de 2017. À Secretaria para certificar eventual decurso de prazo.
5	1945-77.2012.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação de usucapião autuada em 6 de julho de 2012. Processo despachado em 4 de outubro de 2017, determinando a designação de data para realização de audiência. Determinação ainda não cumprida. À Secretaria para designar audiência (cf. fl. 120).
6	1780-30.2012.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação de cobrança de segura DPVAT autuada em 6 de março de 2012. Decisão prolatada em 9 de junho de 2017, determinando a designação de data para realização de audiência. Determinação ainda não cumprida. À Secretaria para designar audiência (cf. fl. 157/157v).
7	2248-57.2013.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação previdenciária de auxílio doença autuada em 29 de novembro de 2013. Decisão prolatada em 11 de agosto de 2017, determinando a designação de data para realização de audiência. Determinação ainda não cumprida. À Secretaria para designar audiência (cf. fl. 74).
8	2187-36.2012.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação de busca e apreensão autuada em 21 de janeiro de 2013. Processo despachado em 15 de setembro de 2017, determinando a consulta no banco de dados da receita federal, via sistema infojud para obtenção do endereço do executado. À Secretaria para cumprir o decidido à fl. 96.
9	68-15.2006.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação ordinária autuada em 5 de setembro de 2006. Processo despachado em 13 de janeiro de 2015, determinando a intimação da parte autora para providência. Petição apresentada em 2 de março de 2015. Feito paralisado desde 3 de março de 2015. Após somente despacho de inspeção interna, em 24 de maio de 2016, determinando a conclusão para despacho/decisão. À conclusão para impulso oficial.
10	1978-33.2013.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação de cobrança do seguro DPVAT autuada em 16 de julho de 2013. Processo despachado em 15 de setembro de 2017. Para designar data para perícia, intimar as partes para que digam os quesitos e, após a apresentação do laudo, intimar as partes para apresentarem manifestação. Determinações ainda não cumpridas. À Secretaria para cumprir o determinado à fl. 75.
11	2178-40.2013.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação de cumprimento de obrigação de fazer autuada me 24 de outubro de 2013. Processo julgado em 4 de setembro de 2017. À Secretaria para cumprir o determinado às fls. 64/64v.
12	2022-52.2013.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação de reintegração de posse autuada em 6 de agosto de 2013. Audiência designada para o dia 13 de julho de 2016 deixou de se realizar tendo em vista a ausência injustificada das partes, sendo determinada a imediata conclusão dos autos. Feito paralisado desde então. À conclusão para impulso oficial.
13	1919-45.2013.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação declaratória com danos morais autuada em 31 de maio de 2013. Petição apresentada em 4 de outubro de 2016, em resposta a ofício anteriormente expedido. Feito paralisado desde então. À conclusão para impulso oficial.
14	4941-23.2009.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação de cobrança DPVAT autuada em 25 de agosto de 2009. Processo julgado em 16 de maio de 2017. Petição apresentada em 11 de outubro de 2017, requerendo a expedição de alvará. À conclusão, tendo em vista petição de fls. 165/166, datado de 10 de outubro de 2017.
15	2087-47.2013.8.06.0157	Visto em inspeção. Trata-se de ação de usucapião autuada em 10 de setembro de 2013. Decisão prolatada em 18 de outubro de 2017, determinando a emenda a inicial.

PRESO PROVISÓRIO

Há apenas 5 processos em tramitação envolvendo presos provisórios. Os processos aparentam possuir tramitação regular, estando todos com despacho prolatado recentemente.

Processos vistos em inspeção:

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	3415-70.2017.8.06.0157	Vistos em inspeção. APF referente à prisão por violência doméstica ocorrida em 30/09/17. Foi concedida a liberdade provisória, com arbitramento de fiança, em decisão prolatada no dia 01/10/17. Audiência de custódia realizada no dia 09/10/17, mantendo o arbitramento de fiança, ainda não paga.
2	3314-67.2016.8.06.0157	Vistos em inspeção. Processo com réu preso por homicídio praticado em 03/11/16. Denúncia recebida em 09/01/17. Pronúncia prolatada em 04/07/17. Feito pronto para inclusão na Pauta do Júri.
3	3288-69.2016.8.06.0157	Vistos em inspeção. Processo com réu preso por tentativa de homicídio praticada em 17/11/16. Denúncia recebida em 06/12/16. Decisão de Pronúncia prolatada em 23/08/17. À Secretaria para cumprir as determinações de fl. 97.
4	2091-16.2015.8.06.0157	Vistos em inspeção. Processo com réu preso por homicídio praticado em 30/07/15. Em decisão prolatada no dia 05/08/15, o APF foi homologado e foi instaurado incidente de insanidade mental. Denúncia recebida em 31/08/15. O processo ficou suspenso até 04/08/17, quando foi homologado o laudo pericial no incidente de insanidade. Feito aguardando a realização de audiência agendada para o dia 26/10/17. À conclusão em face da certidão do oficial de justiça em cumprimento de mandado diligencial.
5	2299-34.2014.8.06.0157	Vistos em inspeção. Processo com dois réus presos por homicídio praticado em 07/12/13. Processo desmembrado da ação principal em cumprimento de decisão prolatada em incidente de insanidade mental em apenso. Decisão de pronúncia prolatada em 22/03/27. Feito encaminhado ao TJCE para análise do Recurso em Sentido Estrito.

PROCESSOS DE COMPETÊNCIA DO JÚRI - ENASP

A Secretaria da unidade apresentou uma relação contendo 3 ações penais de competência do tribunal popular do Júri em tramitação que são objeto das Metas ENASP. Além disso, também foram identificadas mais duas ações penais de competência do Júri Popular em tramitação com réu solto, as quais estão relacionadas na planilha abaixo, assim como três processos com réus presos, estes últimos detalhados na planilha acima, referente a processos com presos provisórios.

Nos últimos 12 meses, apenas um Júri foi realizado e a pauta atual conta com apenas um processo com sessão de julgamento agendada para o próximo dia 13/12/17.

Processos vistos em inspeção:

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	1222-78.2000.8.06.0157	Visto em inspeção. Ação Penal ajuizada em 21/02/94. Em 06/07/16, foi revogada a decisão que suspendeu o processo e o curso do prazo prescricional. Feito aguardando o cumprimento de carta precatória. Processo incluído nas Mestas ENASP.
2	738-63.2000.8.06.0157	Visto em inspeção. Ação Penal ajuizada em 07/03/02. Em 07/07/16, foi revogada a decisão que suspendeu o processo e o curso do prazo prescricional. Feito aguardando a realização de audiência agendada para o dia 31/01/18. Processo incluído nas Mestas ENASP.
3	1958-13.2011.8.06.0157	Visto em inspeção. Ação Penal ajuizada em 01/12/11. Feito suspenso nos termos do art. 366 do CPP. Processo incluído nas Mestas ENASP.
4	2100-46.2013.8.06.0157	Visto em inspeção. Ação Penal ajuizada em 11/09/13. Denúncia recebida em 17/09/13.

		Feito aguardando o cumprimento de carta precatória.
5	2306-26.2014.8.06.0157	Visto em inspeção. Ação Penal ajuizada em 13/10/14. Denúncia recebida em 28/10/14. Feito aguardando o cumprimento de carta precatória.

EXECUÇÃO PENAL

Segundo informações do FICOVI, na unidade há 8 processos de execução penal em fase de cumprimento em regime fechado, 8 em regime semiaberto e 5 em regime aberto, além de 3 processos em cumprimento do sursis e nenhum em cumprimento de livramento condicional.

Foram inspecionados 10 processos por amostragem, todos com tramitação regular, havendo manifestação judicial recente e sendo constatada a expedição de atestado de pena a cumprir com regularidade.

No processo nº 2237-57.2015.8.06.0157, observou-se que o cumprimento da pena estava sendo acompanhado nos autos da própria ação penal, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, razão por que recomendou-se que fosse autuada a carta de guia em autos separados.

Processos inspecionados:

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	227-21.2007.8.06.0157	Visto em inspeção. Feito regular, aguardando o cumprimento da pena em regime fechado, estando o apenado foragido e com mandado de prisão em aberto.
2	2134-84.2014.8.06.0157	Visto em inspeção. Feito regular, aguardando o cumprimento da pena em regime aberto. Liquidação da pena realizada no dia 17/10/17.
3	2136-20.2015.8.06.0157	Visto em inspeção. Feito regular, aguardando o cumprimento da pena em regime semiaberto. Liquidação da pena realizada no dia 12/10/17.
4	2237-57.2015.8.06.0157	Visto em inspeção. Feito regular, aguardando o cumprimento da pena em regime semiaberto. Liquidação da pena realizada no dia 12/10/17.
5	5738-11.2015.8.06.0157	Visto em inspeção. Feito regular, aguardando o cumprimento da pena em regime aberto. Liquidação da pena realizada no dia 12/10/17.
6	1870-33.2015.8.06.0157	Visto em inspeção. Feito regular, aguardando o cumprimento da pena em regime aberto, com substituição por penas restritivas de direito. Liquidação da pena realizada no dia 17/10/17.
7	2259-52.2014.8.06.0157	Visto em inspeção. Feito regular, aguardando o cumprimento da pena em regime aberto. Audiência admonitória realizada em 16/08/17.
8	1803-68.2015.8.06.0157	Visto em inspeção. Feito regular, aguardando o cumprimento da pena em regime fechado. Liquidação da pena realizada no dia 29/08/17. À Secretaria para cumprir as determinações de fl. 170.
9	2014-07.2015.8.06.0157	Visto em inspeção. Feito regular, aguardando o cumprimento da pena em regime semiaberto. Liquidação da pena realizada no dia 18/09/17. À Secretaria para cumprir as determinações de fl. 121.
10	2222-88.2015.8.06.0157	Visto em inspeção. Feito regular, aguardando o cumprimento provisório da pena em regime fechado. Liquidação da pena realizada no dia 21/02/17.

MANDADO DE SEGURANÇA

Segundo o relatório FICOVI, há 20 mandados de segurança em tramitação na comarca, sendo analisados dez processos por amostragem. Os processos aparentam trâmite regular e, inclusive, muitos já se encontram julgados.

Processos inspecionados:

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	2322-77.2014.8.06.0157	Visto em inspeção. MS ajuizado em 29/10/14. Processo julgado em 02/06/15. Processo remetido ao TJCE para análise do recurso.
2	3422-62.2017.8.06.0157	Visto em inspeção. MS ajuizado em 05/10/17. À conclusão para despacho inicial.
3	2123-55.2014.8.06.0157	Visto em inspeção. MS ajuizado em 16/07/14. Processo julgado em 24/08/17. À Secretaria para certificar eventual decurso de prazo.
4	2643-10.2017.8.06.0157	Visto em inspeção. MS ajuizado em 16/01/17. Processo julgado em 31/07/17. À Secretaria para certificar eventual decurso de prazo.
5	2909-94.2017.8.06.0157	Visto em inspeção. MS ajuizado em 25/04/17. Processo julgado em 11/09/17.
6	2917-08.2016.8.06.0157	Visto em inspeção. MS ajuizado em 16/06/16. Processo julgado em 31/07/17.
7	3057-08.2017.8.06.0157	Visto em inspeção. MS ajuizado em 06/06/17. Processo julgado em 12/09/17.
8	2110-22.2015.8.06.0157	Visto em inspeção. MS ajuizado em 25/08/15. Processo julgado em 11/09/17.
9	3007-16.2016.8.06.0157	Visto em inspeção. MS ajuizado em 04/08/16. Processo julgado em 04/08/17. À Secretaria para certificar eventual decurso de prazo.
10	3008-98.2016.8.06.0157	Visto em inspeção. MS ajuizado em 04/08/16. Processo julgado em 11/09/17. À Secretaria para certificar eventual decurso de prazo.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - METAS 4 E 6 DO CNJ

Consta no relatório FICOVI que há 23 ações de improbidade administrativa em tramitação na unidade, das quais apenas uma é objeto da META 4 do CNJ, posto que ajuizada antes de 31/12/2014. Além disso, há mais 7 ações civis públicas em tramitação, sendo duas delas incluídas na META 6 do CNJ.

Processos analisados:

#	NÚMERO DO PROCESSO	MOVIMENTAÇÃO
1	2111-75.2013.8.06.0157	Visto em inspeção. ACP ajuizada em 18/09/13. Decisão recebendo a inicial prolatada em 23/10/13. À Secretaria para cumprir o despacho de fl. 365. Processo objeto da META 6 do CNJ.
2	2233-54.2016.8.06.0157	Visto em inspeção. ACP ajuizada em 03/09/14. Decisão concedendo pedido de liminar prolatada em 10/09/14. Processo com 7 volumes. Processo objeto da META 4 do CNJ.
3	2861-38.2017.8.06.0157	Visto em inspeção. Ação de Improbidade Administrativa ajuizada em 30/03/17. Decisão recebendo a inicial prolatada em 14/08/17. À Secretaria para certificar eventual decurso de prazo.
4	2857-98.2017.8.06.0157	Visto em inspeção. Ação de Improbidade Administrativa ajuizada em 30/03/17. Feito aguardando o cumprimento de carta precatória para notificação do promovido.
5	2913-34.2017.8.06.0157	Visto em inspeção. Ação de Improbidade Administrativa ajuizada em 24/04/17. Feito aguardando o cumprimento de carta precatória para notificação do promovido.
6	2860-53.2017.8.06.0157	Visto em inspeção. Ação de Improbidade Administrativa ajuizada em 30/03/17. Decisão recebendo a inicial prolatada em 12/09/17.
7	2911-64.2017.8.06.0157	Visto em inspeção. Ação de Improbidade Administrativa ajuizada em 24/04/17. Decisão recebendo a inicial prolatada em 12/09/17.
8	2180-10.2013.8.06.0157	Visto em inspeção. ACP ajuizada em 23/10/13. À Secretaria para cumprir as determinações de fl. 282. Processo objeto das METAS 2 e 6 do CNJ.
9	37865-16.2003.8.06.0157	Visto em inspeção. Ação de Improbidade Administrativa ajuizada em 12/09/13 contra 27 promovidos. Processo com 17 volumes. Feito aguardando a citação de todos os promovidos.
10	662-39.2000.8.06.0157	Visto em inspeção. Ação de Improbidade Administrativa ajuizada em 28/12/01. Processo julgado em 23/03/11 e em fase de cumprimento de sentença. Decisão recebendo a inicial prolatada em 12/09/17.

LIVROS

Dentre os livros atinentes às atividades da Secretaria, consoante exigência prevista no art. 391 e seus incisos, do Código de Organização Judiciária do Estado do Ceará, foram examinados os tomos obrigatórios e facultativos, além de outros tantos abertos livremente pela Unidade, por exemplo: Registro de Processos (Livro Tombo), Registro de Termos de Audiências, Registro de Sentenças, Carga e Rol dos Culpados.

Quanto aos livros verificados, não foram encontradas quaisquer atecnias, estando todos em conformidade com o artigo 392 da Lei Estadual nº 12.342/94.

As observações pertinentes a cada livro estão discriminadas no formulário próprio, anexado a este relatório.

CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS DO JUDICIÁRIO E PROJETOS SUPERVISIONADOS PELO TJCE E CNJ

1. Relativo à **META 2 de 2017** do Conselho Nacional de Justiça (identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2013), verificou-se um total de 45 (quarenta e cinco) processos pendentes em setembro/2017 (relatório em anexo). Recomendou-se a movimentação dessas ações, cumprindo, integralmente, os objetivos estabelecidos pelo CNJ;

2. Relativo à **META 4 de 2017** do Conselho Nacional de Justiça (identificar e julgar, até 31/12/2017, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2014), verificou-se um total de 3 (três) processos pendentes em setembro/2017 (relatório em anexo). Recomendou-se a movimentação dessas ações, cumprindo, integralmente, os objetivos estabelecidos pelo CNJ;

3. Quanto à **META 6 de 2017** (identificar e julgar, até 31/12/2017, 60% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2014 no 1º grau), verificou-se um total de 4 (quatro) processos pendentes em setembro/2017 (relatório em anexo). Recomendou-se a movimentação destas ações, cumprindo, integralmente, os objetivos estabelecidos pelo CNJ;

4. A Fração encontra-se interligada ao TJCE e à rede mundial de computadores;

5. A Unidade informou que o Magistrado está cadastrada nos sistemas BACENJUD, INFOJUD e RENAJUD;

6. As informações processuais se encontram acessíveis e atualizadas nos portais da rede mundial de computadores, com andamento atualizado e conteúdo das decisões dos processos, respeitando o segredo de justiça;

7. A Unidade utiliza o **MALOTE DIGITAL**;

8. O Magistrado participou de curso de capacitação em Administração Judiciária;

9. **PROJETO PAI PRESENTE:** A Secretaria foi informada das determinações emanadas do Conselho Nacional de Justiça e da Corregedoria-Geral de Justiça, comunicando que as providências estão sendo devidamente implementadas, cumprindo o previsto nos Provimentos nº 12 e 26, da Corregedoria Nacional de Justiça. Foi informado que foi realizada uma reunião em 20 de setembro de 2017, com cópia da ata em anexo;

10. **CONSELHO DA COMUNIDADE:** O Conselho da Comunidade foi instalado, contudo não é atuante, tendo sido realizada uma reunião em 20 de setembro de 2017, com cópia da ata em anexo;

11. **INSPEÇÕES ANUAIS:** Foi informado que as inspeções judicial e extrajudicial relativas ao ano de 2016 foram realizadas, cumprindo as determinações dos Provimentos nº 12 e 13 de 2015 da Corregedoria-Geral de Justiça. Foi informado também que a inspeção judicial foi realizada em junho de 2017.

12. Em relação à Resolução nº 137/2011 do CNJ, a Secretaria da Vara informou que todos os mandados de prisão estão sendo inseridos no **Banco Nacional de Mandados de Prisão**;

13. **Bens, armas, munições e substâncias entorpecentes apreendidos:** A

equipe funcional ficou cientificada das normas que rebem a matéria e do regular encaminhamento ao Exército do armamento guarnecido, na forma prevista na Resolução nº 134/2011, do Conselho Nacional de Justiça, bem como a respeito da existência do Manual de Bens Apreendidos elaborado por esse Conselho, e demais normas que regem o assunto, especialmente o Provimento nº 09/2017 desta Casa Correicional, sendo informado que o último recolhimento de armas pela Assessoria Militar ocorreu em 27/01/16;

14. A Vara alcançou a **Meta 1 do CNJ** em 2015, no sentido de julgar processos em número maior que o de feitos distribuídos, contudo não atingiu a referida meta em 2016. Quando considerados os 07 (sete) primeiros meses de 2017, verifica-se que a Unidade não atingiu a meta, conforme discriminado no quadro abaixo:

Secretaria da Vara Única da Comarca de Reriutaba								
				JULGADOS				
Ano	Distribuídos	Arquivados	Arquivados %	Titular	Respondendo	Auxiliando	Total	Julgados %
2015	353	308	87.25	30	323	0	353	100
2016	525	401	79.38	480	19	0	499	95.05
2017	384	930	73.69	729	468	0	1197	98.84
	1262	930	73.69	729	468	0	1197	94.58

CADEIA PÚBLICA

A Cadeia Pública está localizada na Rua Coração de Jesus, s/nº - Centro, estando sob a administração do Sr. Erivaldo.

O prédio apresenta regular condição de conservação, possuindo infiltrações, sendo satisfatória, no entanto, as condições físicas das celas ali existentes. O imóvel dispõe de área destinada ao banho de sol dos detentos. A alimentação dos presos é fornecida pela Secretaria de Justiça – SEJUS, sendo distribuídas três refeições diárias.

Por ocasião da inspeção, foi verificado o excesso de lotação no estabelecimento. Permaneciam recolhidos ao cárcere 18 (dezoito) presos. Além desse quantitativo, recolhem-se, diariamente, 8 presos do regime semiaberto. No regime aberto, cumprem pena cinco reeducandos.

A vigilância e segurança do local está a cargo da Polícia Militar, contando com 3

agentes penitenciários.

O magistrado visita regularmente a cadeia.

RECLAMAÇÕES

No curso da inspeção, não foram registradas reclamações específicas quanto a atuação funcional do magistrado.

RECOMENDAÇÕES

Sem prejuízo de outras orientações, foi recomendado, de forma genérica, por ocasião do encerramento da inspeção, o seguinte:

- 1) Manter monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2017, com destaque para a META 1 (*julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente*).
- 2) Recomenda-se que haja imediato impulso das ações de improbidade administrativa, de modo a buscar atingir a Meta 4 do CNJ;
- 3) Procurar movimentar as ações vinculadas à Meta 2 do CNJ;
- 4) No processo nº 2237-57.2015.8.06.0157, observou-se que o cumprimento da pena estava sendo acompanhado nos autos da própria ação penal, após o trânsito em julgado da sentença condenatória, razão por que recomenda-se que seja autuada a carta de guia em autos separados.

CONCLUSÕES

Em visita à Comarca de Reriutaba, constatou-se, em geral, bom andamento processual em relação aos feitos em tramitação.

O Dr. Raynes Viana de Vasconcelos tomou posse na Magistratura estadual em 25 de fevereiro de 2016, no cargo de Juiz Substituto da Comarca de Reriutaba, onde permaneceu até o final de julho de 2017, quando foi promovida para a Comarca de Morada Nova. A inspeção foi realizada cerca de três meses após a sua saída da unidade judiciária, de modo que ainda era possível

notar o resultado de sua atuação no período em que foi titular daquela comarca.

O exame do acervo processual detalhado nas planilhas anexadas ao presente relatório demonstram que o Dr. Raynes Viana de Vasconcelos realizou um bom trabalho na unidade judiciária, sempre impulsionando os feitos de forma regular e, inclusive, reduzindo o acervo, pois quando assumiu a comarca havia cerca de 1.045 processos em andamento e, atualmente, segundo o relatório FICOVI, há um total de 920 processos em tramitação, o que representa uma redução de, aproximadamente, 12% do acervo da comarca durante sua gestão como titular da unidade.

A unidade está sem juiz titular desde julho de 2017. Atualmente, o magistrado em respondência, Dr. Paulo Jeyson Gomes de Araújo, que é titular da Comarca do Varjota, tem conseguido dar continuidade ao trabalho do Dr. Raynes, mantendo os trabalhos em dia, conforme se verifica nas planilhas dos processos inspecionados.

A Meta 1 de 2017 (dados da Seplag) está em 69,84%, restando evidenciado que o alcance de tal meta restou prejudicado em razão do período em que o magistrado titular esteve afastado para o curso de formação (março a maio), tendo gozado férias em junho e sido promovido em julho do corrente ano, destacando-se, ainda, que neste ano o Dr. Raynes atuou cumulando suas funções com a respondência para 1ª Vara de Santa Quitéria.

A unidade cumpriu as recomendações da última inspeção realizada pela CGJ, em 2013, no sentido de identificar os processos vinculados ao Estatuto do Idoso, registrar as sentenças de medidas sócio-educativas em livro próprio e observar a Resolução nº 165 do CNJ, acerca das guias de execução de medidas sócio-educativas.

No curso dos trabalhos foram ministradas orientações e recomendações à Magistrada e ao Supervisor, visando otimizar o expediente judiciário no âmbito desta Unidade Judiciária, com reforço para o integral cumprimento das metas de nivelamento estabelecidas pelo CNJ, especialmente com relação ao Projeto Pai Presente, ENASP, a instituição e funcionamento do Conselho da Comunidade e liquidação da pena e respectiva homologação nos processos de execução penal.

As irregularidades verificadas foram alvo de recomendações e medidas específicas, atendendo-se, assim, ao desiderato maior da atividade censória desta Corregedoria.

Portanto, consoante planilhas e documentos que acompanham este relatório, constatou-se que não há falhas graves aptas a justificar o aprofundamento da matéria no âmbito disciplinar. Os esforços do Magistrado à frente da Unidade, bem como da equipe de funcionários, visam à garantia do regular desempenho dos serviços judiciais. As omissões e irregularidades anteriormente consignadas são sanáveis, com a implementação das recomendações acima pormenorizadas, não possuindo aptidão para comprometer o serviço ofertado pelo Judiciário à população local.

Em cumprimento ao Provimento nº 006/2007-CGJ/CE, deve ser dada ciência do presente relatório ao magistrado atualmente à frente da Vara Única da Comarca de Guaraciaba do Norte, observando-se o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para atender as recomendações e corrigir as pendências verificadas, comunicando a esta Casa Censora as providências adotadas.

Sugere-se, ainda, que a Divisão de Patrimônio seja comunicada para verificar a situação de constantes oscilações de energia no prédio do Fórum local narrada pelo Supervisor, o que tem perturbado o bom funcionamento dos trabalhos forenses, além de danificar os aparelhos eletrônicos desta unidade judiciária, fato que já foi comunicado ao TJCE pelo CPA.

Por fim, a Secretaria da Corregedoria deve **anexar cópia do presente relatório ao processo de vitaliciamento do Juiz Substituto Raynes Viana de Vasconcelos**, para melhor embasar o procedimento em que se analisa a sua atuação nos dois primeiros anos de magistratura.

Este é o relato deste Juiz Corregedor Auxiliar.

Fortaleza/CE, 13 de dezembro de 2017.

FLÁVIO VINICIUS BASTOS SOUSA

Juiz Corregedor Auxiliar